FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

Autores: GÓES, Natália Fernanda de; FERNANDES, Bianka Cristina Silva; ORTEGA, Anderson Vinicius de Moraes; JACOB, Regina Tangerino de Souza

Instituição: Laboratório de Audiologia Educacional e Acessibilidade Auditiva, Departamento de Fonoaudiologia, Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo (LAAAE/FOB/USP)

Agência Financiadora: FAPESP proc. n. 2024/05187-6

Eixo: 05 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

E-mail: natalia.goes01@usp.br

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Inclusiva. Deficiência Auditiva.

1. Introdução

A inclusão escolar de estudantes com deficiência auditiva (DA) requer ações que promovam acessibilidade, participação, permanência e aprendizagem em condições de equidade, conforme a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e seus desdobramentos normativos (BRASIL, 2025; BRASIL, 2026). Estudantes com DA apresentam diversidade linguística, cultural e comunicacional, incluindo usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e estudantes que utilizam predominantemente a linguagem oral, frequentemente apoiados por dispositivos eletrônicos auditivos e tecnologias assistivas (SAMELLI et al., 2025). Esse cenário exige práticas educacionais acessíveis e formação continuada de professores, favorecendo o desenvolvimento profissional por meio da articulação entre conhecimentos, prática e reflexão (NÓVOA, 2009). Estudos recentes demonstram que a formação continuada fortalece a segurança docente, as práticas colaborativas e a atuação diante da diversidade escolar (LOPES et al., 2023), sendo reconhecida pela PNEEI como estratégia para ampliar a inclusão educacional (BRASIL, 2025). Nesse contexto, o trabalho objetiva relatar a experiência de estudantes de Fonoaudiologia como monitores de um curso extensionista sobre tecnologias assistivas auditivas, destacando contribuições para a formação docente, a acessibilidade comunicativa e práticas educacionais inclusivas.

2. Local de realização, participantes, período e desenvolvimento das ações

A experiência foi desenvolvida na Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo (FOB/USP), na modalidade de educação a distância, em ambiente virtual institucional (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2025). Participaram 105 cursistas, entre professores da educação básica, licenciandos, fonoaudiólogos e familiares de pessoas com DA. A equipe contou com 21 estudantes de graduação em Fonoaudiologia que atuaram como monitores. O relato refere-se à 8ª edição do curso "*Ouvir bem para aprender bem: tecnologias de acessibilidade para estudantes com DA"*, realizada no primeiro semestre de 2025. O curso abordou conteúdos sobre DA, aparelhos de amplificação sonora individual (AASI), implantes cocleares, sistemas de microfone remoto, acessibilidade comunicativa e estratégias para favorecer a escuta em sala de aula (MARANI et al., 2024). As atividades foram organizadas em módulos temáticos em um ambiente virtual de aprendizagem, combinando conteúdos teóricos e espaços de interação. Os monitores realizaram acompanhamento pedagógico, mediação dos fóruns, esclarecimento de dúvidas e apoio aos encontros síncronos. Os fóruns promoveram o diálogo entre cursistas e monitores, com compartilhamento de experiências escolares e estratégias para o uso de tecnologias assistivas auditivas em diferentes contextos, reforçando a articulação entre educação e saúde. A monitoria também ampliou a compreensão dos desafios escolares e da atuação interdisciplinar em contextos inclusivos.

3. Resultados e implicações para a prática pedagógica

A experiência evidenciou a relevância da formação continuada para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas voltadas a estudantes com DA. A participação de professores, licenciandos, fonoaudiólogos e familiares favoreceu o compartilhamento de diferentes perspectivas sobre a inclusão escolar, enriquecendo as discussões ao longo do curso. As discussões revelaram insegurança quanto ao uso de tecnologias assistivas auditivas e de estratégias que favoreçam a comunicação e a aprendizagem desses estudantes. Nos fóruns, as dúvidas concentraram-se principalmente no posicionamento do estudante em sala de aula, na utilização dos recursos de acessibilidade e na interpretação dos materiais disponibilizados, o que evidencia demandas recorrentes da prática escolar. Esse impacto também foi percebido nos relatos dos participantes, como no depoimento: "aprendi muito mais sobre a DA e sobre mecanismos que posso utilizar na minha prática pedagógica", o que evidencia a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no contexto educacional. O curso fortaleceu o diálogo entre universidade e comunidade, aproximando conhecimentos científicos das demandas educacionais. Essa articulação converge com orientações do FORPROEX, que reafirmam a extensão como dimensão formadora, integrada ao ensino e à pesquisa e

articulada aos territórios como espaços de produção de conhecimento e diálogo social (FORPROEX, 2025), reforçando a articulação entre educação e saúde, reconhecida pela PNEEI como estratégia para a atenção integral ao público da educação especial (BRASIL, 2025). A mediação dos fóruns e o acompanhamento dos cursistas aproximaram conteúdos científicos das demandas dos participantes, fortalecendo a construção coletiva do conhecimento. Para os monitores, a experiência desenvolveu habilidades comunicativas, didáticas e interpessoais e ampliou a compreensão dos desafios da inclusão escolar. Assim, reforça a importância da atuação colaborativa entre educação e saúde para reduzir barreiras comunicacionais e promover ambientes escolares inclusivos.

4. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026: dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.** Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240. Acesso em: 30 maio 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025: institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.** Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm. Acesso em: 30 maio 2026.

LOPES, R. D. C. et al. **Formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial no Brasil: uma revisão integrativa.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, e23, p. 1-37, 2023. DOI: 10.5902/1984686X69480. Acesso em: 16 jul. 2026.

MARANI, Julliane de Oliveira et al. **Plano educacional individualizado para escolares com deficiência auditiva usuários de tecnologia assistiva: material informativo para fonoaudiólogos.** Bauru: FOB-USP, 2024. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/dc4fcdcb-e7e0-4d28-b1a1-14ac731d59fc/3233700.pdf. Acesso em: 30 maio 2026.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa, 2009.

SAMELLI, Alessandra Giannella; BALEN, Sheila Andreoli; JACOB, Regina Tangerino de Souza; LACERDA, Adriane Bassegio Mesquita de. **Audição no ambiente escolar.** In: LOPES, Leonardo et al. (org.). Tratado de Fonoaudiologia. 3. ed. Barueri: Manole, 2025. p. 156-164.